

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

Requerimento nº / 2014

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer que seja convidado o Sr. Carlos Fernando Costa, presidente da Petros – fundo de pensão da Petrobras - para esclarecer as informações levantadas pela Polícia federal, na operação Lava Jato, em relação ao prejuízo sofrido pelo mencionado fundo, no valor de R\$ 21 milhões de reais.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 58, parágrafo 2º, inciso V da CF, e combinado com o Art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta reunião, o senhor **Carlos Fernando Costa**, atual presidente da Petros e ex-gerente executivo da Diretoria Financeira da empresa, a fim de prestar esclarecimentos sobre o prejuízo de R\$ 21 milhões de reais sofrido pelo fundo de pensão, apurado pela Polícia Federal, na operação Lava Jato.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado pelo jornal Folha de São Paulo, em 05/08/2014, a Petros, Fundação Petrobras de Seguridade Social, um fundo de pensão que gerencia a previdência complementar dos funcionários da Petrobras, sendo a segunda maior instituição do tipo no país, sofreu prejuízo de R\$ 21 milhões de reais em negócios com o doleiro Alberto Youssef. Segue abaixo a íntegra da notícia:

Fundo de pensão perdeu R\$ 21 mi em negócio com doleiro

MARIO CESAR CARVALHO

FLÁVIO FERREIRA

DE SÃO PAULO

05/08/2014 02h00

O fundo de pensão da Petrobras, o Petros, perdeu o equivalente hoje a R\$ 21 milhões ao emprestar esse montante em 2006 para uma empresa que era controlada pelo doleiro Alberto Youssef, de acordo com documentos apreendidos pela Polícia Federal na Operação Lava Jato.

Um relatório da PF levanta a suspeita de que o empréstimo foi obtido graças aos contatos políticos do doleiro.

Um dos indícios de intermediação política, segundo a PF, é um e-mail de um executivo que trabalhava para Youssef, no qual ele faz menção a João Vaccari Neto, tesoureiro nacional do PT, como interlocutor para tratar de assuntos relativos ao Petros.

"Falei hoje com o João Vaccari sobre a Petros", diz o executivo Enivaldo Quadrado, condenado no processo de mensalão por ter usado uma corretora, a Bônus Banval, que tinha para repassar recursos do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza para o PP, partido da base aliada do PT que tem ligações com o doleiro. A mensagem que cita Vaccari Neto é de 2012.

"Há indício de que João Vaccari estaria intermediando negócios entre a Petros e o grupo GFD/CSA", diz o documento da polícia, citando duas empresas do doleiro.

O Petros é o segundo maior fundo de pensão do Brasil, com patrimônio de R\$ 66 bilhões. Teve, só no ano passado, prejuízo de R\$ 2,8 bilhões, por conta de investimentos que deram errado e empréstimos não honrados.

Youssef foi preso em março deste ano, sob a acusação de liderar um dos maiores esquemas de lavagem de dinheiro do país, com ramificações na Petrobras e em partidos políticos. Quadrado foi preso na mesma época pela PF, sob a acusação de lavagem de dinheiro, mas responde a ação em liberdade.

O doleiro escolheu uma empresa que criara um projeto aparentemente promissor, mas não tinha capital.

A IMV (Indústrias de Metais do Vale), de Barra Mansa (RJ), tentava implantar um novo método de produção de ferro usando sucata, e não minério de ferro.

Youssef usou um de seus laranjas, Carlos Alberto Pereira da Costa, para colocar como sócio na empresa, segundo a PF. Apesar do interesse da Votorantim pela

nova tecnologia, a IMV não conseguia uma seguradora de porte para garantir o empréstimo, como exigia o Petros.

O relatório da PF afirma que houve interferência política até no seguro, já que o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) vetava seguradoras que aceitavam fazer a operação, mas posteriormente mudou de posição.

OUTRO LADO

Vaccari Neto disse, por meio da assessoria do PT, que "não conhece, nunca se encontrou e jamais manteve qualquer forma de contato com Enivaldo Quadrado".

O Petros afirma que não vai se pronunciar sobre o empréstimo porque não teve acesso à investigação.

A advogada de Quadrado, Nicole Trauczynski, não quis se pronunciar. Um dos sócios da IMV, Uilian Fleischmann, afirma que não cuidava da parte financeira da empresa e não quis comentar a suspeita. O IRB disse que precisaria de mais tempo para pesquisar a operação.

Diante da gravidade dos fatos e atos relatados na notícia é de fundamental importância a realização da audiência pública no âmbito desta Comissão. Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de agosto de 2014.

Deputado Vanderlei Macris

PSDB/SP